

São Paulo, 27 de outubro de 2023

### **Contribuições da Interfarma para a Tomada Pública de Subsídios nº 01/2023 do INPI**

A Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), entidade que representa 43 laboratórios farmacêuticos globais focados no desenvolvimento de novas terapias em saúde, responsáveis por mais de 46% do faturamento das indústrias farmacêuticas no Brasil entre 2017 e 2021, vem gentilmente apresentar suas contribuições para a Tomada Pública de Subsídios nº 01/2023 sobre a eventual revisão normativa dos procedimentos e prazos para requerimento do exame técnico do pedido de patente, conforme art. 33 da Lei 9.279/96, e para alterações no pedido de patente, conforme art. 32 da Lei 9.279/96.

- 1. Como depositante ou terceiro interessado, você considera importante o prazo de 36 meses para requerimento do exame de pedido de patente, contado a partir do depósito do pedido de patente (art. 33 da LPI)?**

Sim.

- 2. Quais as razões práticas (não jurídicas) que justificam o uso do prazo de 36 meses para requerimento do exame de pedido de patente?**

O uso de prazo de 36 meses para o requerimento do exame de um pedido de patente é essencial, tanto para depositantes nacionais como internacionais, para, com base no art. 32 da Lei de Propriedade Industrial, realizar alterações no pedido que o tornem mais apto à concessão final pelo INPI. No prazo em questão, os depositantes costumam realizar alterações no pedido de acordo com pesquisas e a evolução no campo tecnológico relevante, que está em constante mudança e costuma influenciar decisivamente na redação e escopo final do pedido a ser examinado pelo INPI. Em outras palavras, os depositantes se valem desse prazo para aprimorar o pedido depositado e aumentar suas chances de concessão pelo INPI, especialmente em vista do constante avanço da tecnologia nas mais diversas áreas de conhecimento.

Vale lembrar que o prazo de 36 meses para requerimento de exame dos pedidos de patentes não é uma exclusividade brasileira, sendo também adotado em outros países, inclusive com tempo de exame dos pedidos menor do que o Brasil. Alguns exemplos são: (i) Alemanha, que confere o prazo de 7 (sete) anos; (ii) China, que confere o prazo de 3 anos; e (iii) Japão, que confere o prazo de 3 anos, todos contados da data de depósito do pedido<sup>1</sup>.

- 3. Quais seriam os efeitos POSITIVOS da revogação do art. 33 da Lei nº 9.279/96?**

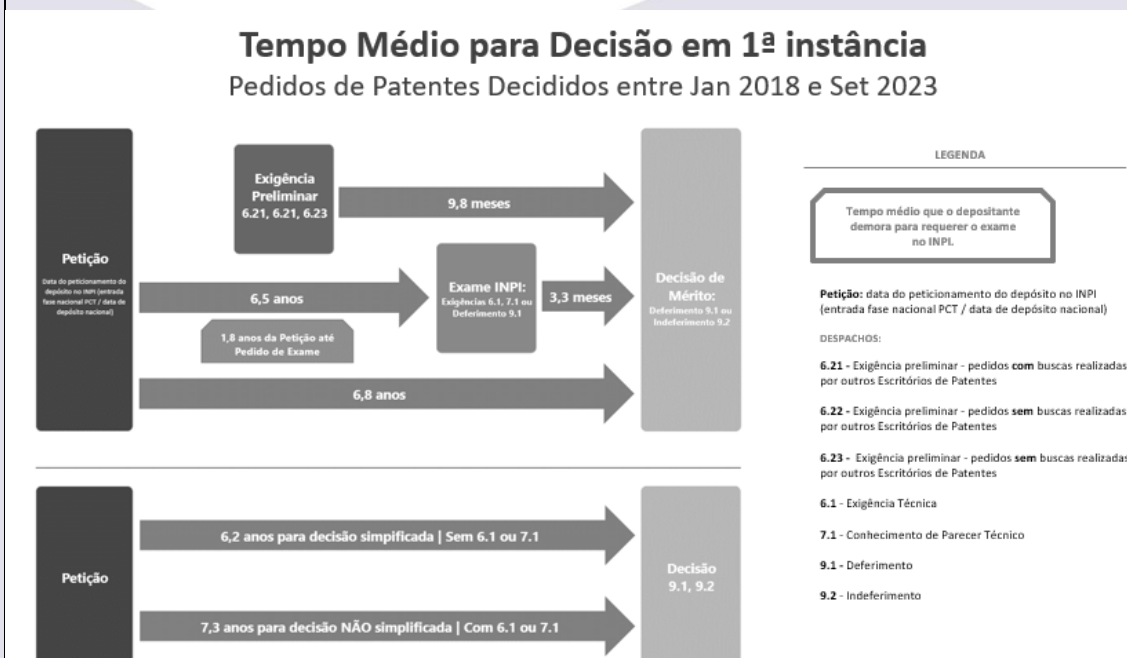
Embora a Interfarma seja desfavorável à tal revogação, numa visão simplista e de curto prazo, a Associação vislumbra apenas 2 (dois) potenciais efeitos positivos que poderiam advir da revogação do art. 33 da Lei 9.279/1996: (i) um possível barateamento do processo de concessão de patentes, uma vez que os depositantes não mais precisariam

<sup>1</sup> <https://english.cnipa.gov.cn/col/col2999/index.html>  
<https://www.jpo.go.jp/e/system/patent/gaiyo/patent.html>  
[https://www.dpma.de/patente/pruefung\\_erteilung/index.html](https://www.dpma.de/patente/pruefung_erteilung/index.html)

pagar as taxas respectivas pelo requerimento de exame dos pedidos, como existe atualmente; e (ii) um possível encurtamento do tempo de processamento dos pedidos de patente perante o INPI.

No entanto, a Interfarma acredita que tais pontos, a longo prazo, não são suficientes para justificar a revogação do dispositivo legal em questão, justamente porque os efeitos negativos de sua revogação seriam bem mais sérios e trariam mais prejuízos, não só para os depositantes, como também para a comunidade de Propriedade Intelectual como um todo, incluindo o próprio INPI e terceiros interessados nos pedidos de patente.

Além disso, de acordo com dados levantados pela Interfarma, ainda que ocorra a supressão do prazo de 36 meses para que o depositante de pedido de patente requeira o seu exame, ainda continuará havendo demora excessiva para que o INPI inicie o exame do pedido, conforme o gráfico abaixo<sup>2</sup>:



De acordo com os dados acima, do prazo de 36 meses que o titular do pedido de patente goza para requerer o exame do pedido, em média, os depositantes usam apenas parte desse período para solicitá-lo (aproximadamente 22 meses). Além disso, descontado este período do tempo entre o depósito do pedido no INPI (seja por depositante nacional, seja por requerimento da fase nacional de pedido depositado via PCT) e a data média do 1º exame técnico realizado pela autarquia, denota-se que o INPI ainda demora 4 anos e 8 meses aproximadamente para iniciar o exame do pedido.

Portanto, pelos números acima em questão, a Interfarma entende que o INPI deve focar seus esforços em encurtar o tempo necessário para começar o exame dos pedidos de patente, a fim de que a autarquia consiga diminuir o tempo total de processamento dos

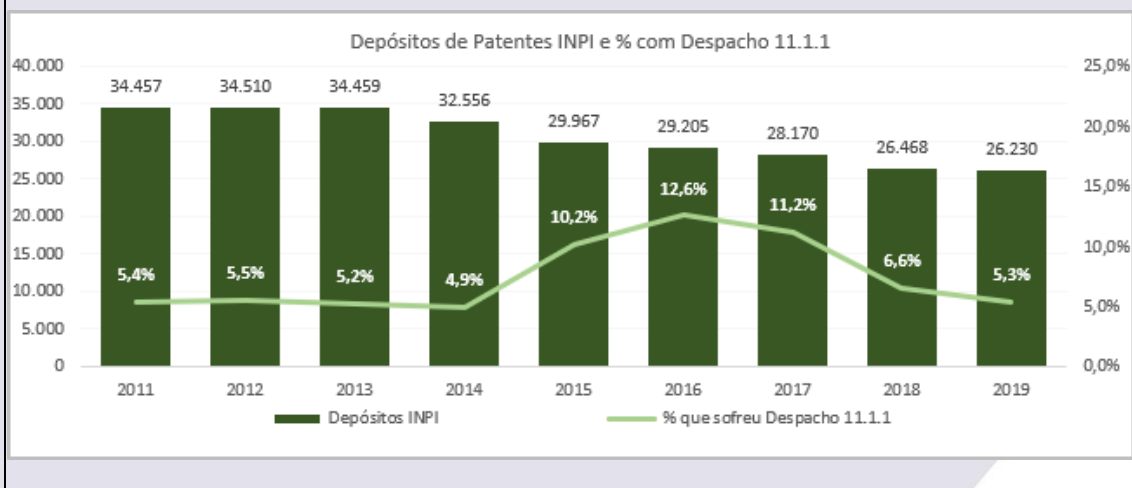
<sup>2</sup> Fonte: dados extraídos das publicações da Revista da Propriedade Intelectual do Instituto Nacional da Propriedade intelectual

pedidos e, consequentemente, ter mais condições de alcançar as metas de produtividade impostas pelo Governo Federal.

#### 4. Quais seriam os efeitos NEGATIVOS da revogação do art. 33 da Lei nº 9.279/96?

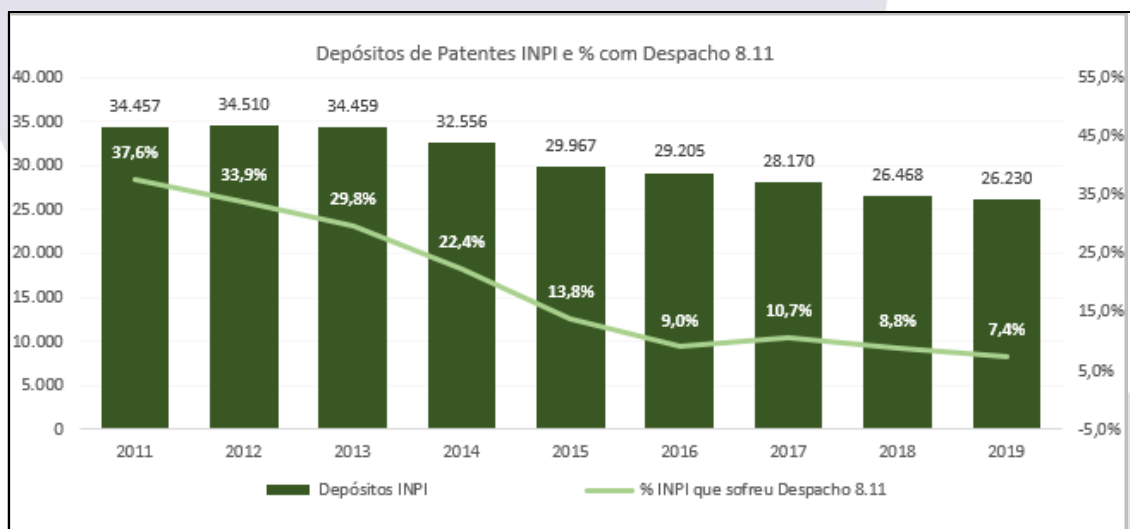
A Interfarma acredita que a revogação do art. 33 da Lei 9.279/1996 causaria uma série de efeitos negativos, não só aos próprios depositantes, como também a toda comunidade de Propriedade Intelectual, inclusive ao INPI e a terceiros interessados. Abaixo, são listados alguns desses efeitos nocivos:

- Depositantes perderiam prazo de 36 meses para aprimorar o pedido de patente depositado no INPI antes do requerimento de exame. Consequentemente, os depositantes seriam obrigados a depositar pedidos de patente de maneira mais açodada, já que não teriam mais o tempo de maturação necessário frente às diversas pesquisas que interferem em seu conteúdo, especialmente na área farmacêutica.
- Em decorrência dessa nova realidade, o INPI teria um aumento de trabalho considerável porque a autarquia teria de analisar todos estes pedidos depositados de maneira prematura. Sabe-se que, atualmente, o artigo 33 da LPI contribui para o trabalho de exame técnico do INPI, seja porque possibilita que os depositantes consigam aprimorar seus pedidos até o requerimento de exame, facilitando o trabalho da autarquia, seja porque, desde o momento de depósito até o requerimento de exame, diversos pedidos são abandonados por seus titulares por falta de requerimento de exame (gráfico 1)<sup>3</sup> ou ainda por falta de pagamento de anuidade (gráfico 2)<sup>4</sup>, conforme ilustram os gráficos abaixo retirados dos dados disponíveis no site do INPI:



<sup>3</sup> Despacho 11.1.1: Arquivamento definitivo do pedido de patente por fato de pagamento do requerimento de exame no prazo previsto no art. 33 da LPI

<sup>4</sup> Despacho 8.11: Manutenção do arquivamento do pedido por falta de pagamento de anuidade.



- A eliminação do art. 33 da LPI ainda poderia criar uma situação de desigualdade entre depositantes nacionais e estrangeiros que façam uso do Tratado PCT (Patent Cooperation Treaty). Isso porque os depositantes nacionais, com essa mudança legislativa, não terão qualquer prazo para modificar seu pedido, já tendo de solicitar o exame quando da data de depósito. Por outro lado, para os depositantes estrangeiros, ainda valeria o prazo de 30 meses contados do depósito do pedido internacional para o requerimento da fase nacional no INPI, período no qual aqueles ainda poderiam fazer modificações em seus pedidos antes da entrada na fase nacional e consequente exame perante a autarquia brasileira.
- Outra consequência negativa da revogação do art. 33 da LPI seria o encurtamento excessivo do período que terceiros poderiam usufruir para apresentar subsídios ao exame do pedido. Considerando que o pedido de patente permanece em sigilo durante o prazo de 18 meses (art. 30 da LPI), havendo a meta imposta pela autarquia em decidir o pedido em até 24 meses contados da data de depósito, isso significa que terceiros teriam, no máximo, a janela de apenas 6 meses para apresentar subsídios ao exame, período potencialmente curto para que terceiros possam efetivamente tomar conhecimento do pedido, analisar seu conteúdo, e ainda apresentar manifestação técnica favorável ou desfavorável à concessão daquele.

**5. Você considera que uma redução do prazo para requerimento do exame de pedido de patente seria mais adequada do que sua supressão? Qual prazo seria considerado adequado? Justifique.**

A Interfarma se posiciona contrária a qualquer modificação do prazo de 36 meses para requerimento de exame de pedido de patente. No entanto, caso se entenda pela alteração do dispositivo, a Associação entende que uma redução do prazo seria menos drástica ao sistema de patentes do que a eliminação total do prazo.

Uma possível sugestão de prazo seria a redução de 36 para 24 meses, mas ainda possibilitar que o depositante tenha chance de solicitar 12 meses adicionais mediante justificativa. Dessa forma, o prazo ordinário seria de 24 meses para o requerimento de exame, podendo ser prorrogado, de forma extraordinária, para 36 meses, desde que o titular apresente justificativa e pague uma taxa complementar para que o exame seja realizado em tal período adicional.

- 6. Você considera razoável a utilização da figura do “terceiro interessado”, conforme prevista no art. 33 da LPI, para efetuar o requerimento de exame de pedidos de patente e acelerar as suas decisões? Justifique.**

A Interfarma entende que o requerimento de exame do pedido de patente feito por “qualquer interessado” não é razoável porque abre margem para que o pedido de exame seja feito por terceiro contra a vontade legítima do titular do pedido, o qual é, em última análise, o principal interessado para que o pedido tenha seu exame requerido no momento adequado.

Em outras palavras, permitir que um terceiro requeira o exame de um pedido de patente pode gerar situações danosas para o titular da patente, pois, caso um terceiro requeira o exame do pedido de forma prematura, sem que o titular tenha aprimorado totalmente seu pedido para exame pelo INPI, não haverá posteriormente chance para que o titular possa alterar o pedido na forma como faculta o artigo 32 da LPI, especialmente em vista do atual entendimento previsto pela Resolução nº 93/2013, a qual estabelece que seriam inaceitáveis as emendas no pedido que não restrinjam seu escopo de proteção.

- 7. Você anteciparia o requerimento de exame de um pedido de patente, em relação ao prazo máximo de 36 meses, mediante desconto do pagamento da retribuição correspondente, quando realizado nos seis primeiros meses contados da apresentação do pedido no INPI?**

O desconto na taxa de requerimento de exame de fato pode ser uma alternativa razoável para incentivar depositantes a realizar o requerimento de exame antes do final do prazo de 36 meses, sempre tendo em mente que os depositantes, em média, já realizam tal requerimento antes do final do prazo, cerca de 22 meses após o depósito oficial do pedido no INPI. Outras alternativas também seriam cabíveis para encorajar os depositantes a acelerar o requerimento de exame, como por exemplo o INPI mudar o critério da sua fila cronológica de exame de pedidos depositados para pedidos com exame efetivamente requerido.

- 8. Como depositante, você considera importante a possibilidade de realizar alterações voluntárias no pedido de patente até a data de requerimento de exame?**

A possibilidade de realizar alterações voluntárias no pedido de patente é extremamente relevante para o depositante, uma vez que, até o requerimento de exame e no prazo de 36 meses, o titular tem a oportunidade de aprimorar e melhorar seu pedido para que o mesmo tenha maior chance de superar eventuais objeções levantadas pelo INPI e, conseqüentemente, ser concedido.

As alterações muitas vezes são necessárias em vista do constante avanço tecnológico que permeia os mais diversos setores e áreas do conhecimento e que interferem de maneira inerente no escopo de proteção a ser reivindicado no pedido de patente, sempre ainda tendo por horizonte o fato de que a oportunidade de se conseguir uma patente é única, ou seja, caso o pedido seja indeferido, ele passará a fazer parte do estado da técnica e não mais poderá ser apresentado. Por isso, a importância em conceder prazo razoável ao titular para eventuais alterações no pedido de patente até o requerimento de exame, sendo ainda importante lembrar que o INPI atualmente não permite alterações que não restrinjam o quadro reivindicatório do pedido após o requerimento de exame (Resolução nº 93/2013).



9. Quais as razões práticas (não jurídicas) que justificam realizar alterações voluntárias no pedido de patente até o requerimento do exame? Indique as razões mais comuns: Assinale todas as que se aplicam

- ☒ Adequação do pedido de patente, conforme pedido de família depositado em outro escritório.
- ☒ Maior clareza do quadro reivindicatório, após avanço no processo de desenvolvimento da tecnologia.
- ☒ Mudança na estratégia da instituição no tratamento dos pedidos.
- ☒ Outros:

10. Como terceiro interessado, qual a importância do prazo para alterações voluntárias no pedido de patente (art. 32 da Lei nº 9.279/96)?

Como terceiro interessado, o prazo definido no art. 32 da LPI daria segurança jurídica sobre o real escopo de proteção que se está reivindicando em determinando pedido de patente. Ou seja, a partir de tal marco, terceiros teriam certeza quanto ao escopo de proteção do pedido, já que o depositante não poderia, posteriormente, ampliar ou modificar tal escopo.

No entanto, é necessário lembrar que terceiros tem acesso aos pedidos de patente desde a data de sua publicação, e que eventuais emendas feitas pelo titular, seja antes ou depois da fase de requerimento de exame, devem se adstringir necessariamente à matéria inicialmente revelada no pedido tal como depositado.

11. A instituição que você representa já realizou alteração voluntária no pedido de patente depositado no INPI até o requerimento de exame? Sim ou Não?

A Interfarma é uma associação sem fins lucrativos que congrega diversas empresas da indústria farmacêutica de referência. Suas associadas são depositantes de milhares de pedidos de patente no INPI, e fazem uso sem dúvida da prerrogativa de alterar o pedido voluntariamente até o requerimento de exame no prazo de 36 meses, conforme facultam atualmente os artigos 32 e 33 da LPI.

12. Qual o percentual estimado de alterações voluntárias realizadas em pedidos de patentes pela instituição que você representa, considerando o total de pedidos depositados em um ano?

A título de exemplo por amostragem, a Interfarma considerou um universo de 3435<sup>5</sup> pedidos de patente que foram decididos em 1ª instância administrativa (decisão de indeferimento ou deferimento) em 2023, dos quais 1034 sofreram algum tipo de emenda durante o seu processamento em 1ª instância administrativa. Ou seja, o percentual relevante seria de 30% aproximadamente, sendo que, deste universo de pedidos que sofreram emendas, os casos foram decididos em um período de tempo apenas 8 meses mais longo, em média, do que os pedidos de patente que não sofreram qualquer emenda até a decisão final de deferimento ou indeferimento. A tabela abaixo ilustra tais números:

Tipo	Quantidade	Tempo Decisão (dias)
Pedido com emenda	1.034	1.826

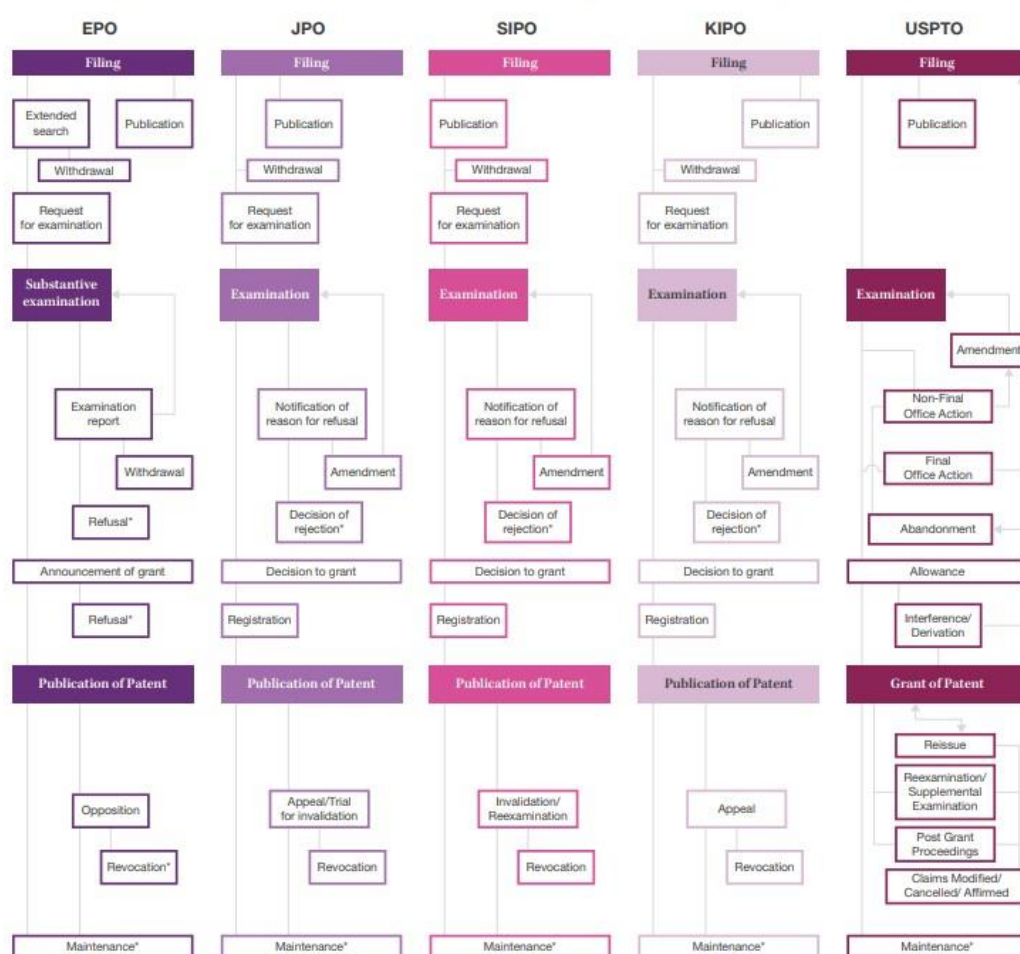
<sup>5</sup> Estatísticas extraídas a partir de uma amostragem de dados do INPI.

Pedido sem emenda	2.401	1.581
Total	3.435	1.655

Além disso, com base na prática dos principais escritórios de patente do mundo, a Interfarma destaca que a possibilidade de se realizar emendas após o requerimento de exame nos pedidos de patente é permitido em diversas regiões e países, tais como na Europa, Japão, China, Coreia do Sul e Estados Unidos, todos eles inclusive com tempo de processamento de pedidos de patente substancialmente menor do que o Brasil. O quadro abaixo<sup>6</sup> ilustra de maneira sintética como se dá o procedimento de registro de patente nesses países:

## Annex S1

### Patent procedures at the world's five largest IP offices (the IP5)



\* Decision may be appealed.

Source: IP5 Statistics Report, 2015 edition.

Com base nos dados acima, é possível inferir que a realização de emendas nos pedidos de patente não é causa direta e relevante pelo atraso do INPI na análise dos pedidos porque (i) o tempo de processamento de pedidos com emenda não é substancialmente maior do que aqueles sem emenda; e (ii) os principais escritórios de patente no mundo possibilitam

<sup>6</sup> [https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo\\_pub\\_941\\_2017.pdf](https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2017.pdf)

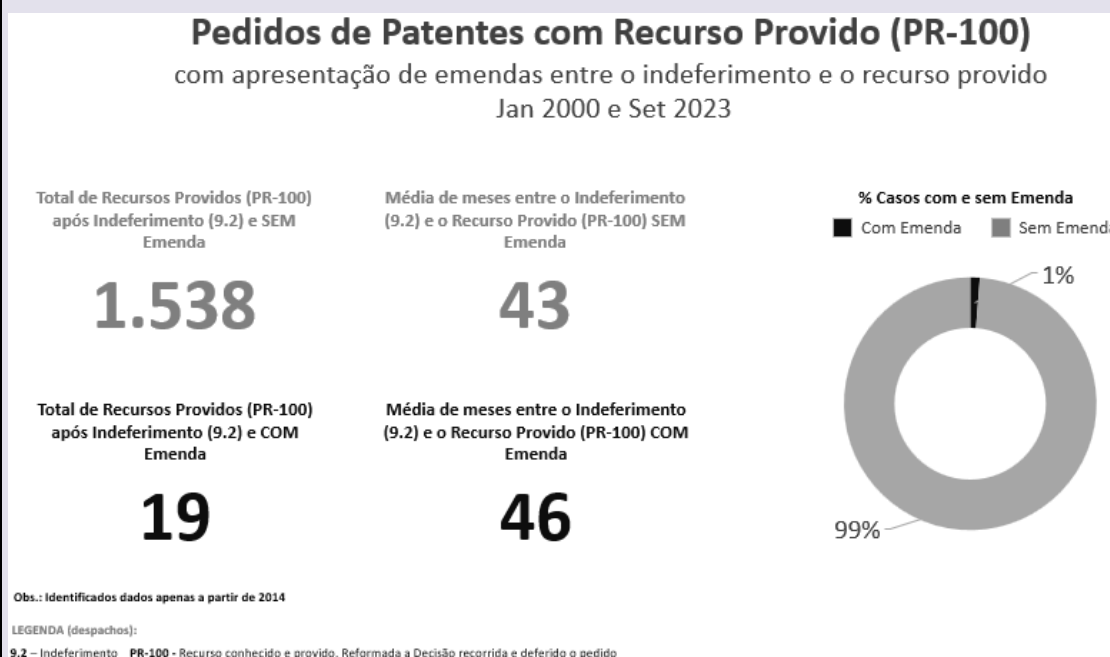
a realização de emendas no pedido, inclusive após o requerimento de exame, e ainda assim são substancialmente mais eficientes do que o INPI brasileiro no tempo necessário para processamento dos pedidos.

### 13. Quais seriam os efeitos POSITIVOS da alteração do art. 32 da LPI para permitir a alteração do pedido de patente até a primeira ação de exame?

Como já respondido em perguntas anteriores, a Interfarma acredita que a alteração do artigo 32 para se permitir alteração do pedido de patente até a primeira ação de exame seria bastante benéfica aos depositantes, uma vez que estes teriam ainda mais tempo para aperfeiçoar seus pedidos antes do exame técnico pelo INPI à luz dos avanços tecnológicos relevantes que possam interferir no escopo de proteção do pedido.

Essa mudança também traria um efeito positivo ao próprio INPI, pois este apenas analisaria pedidos realmente relevantes para as empresas e que estariam mais prontos do ponto de vista técnico para o exame da autarquia. Em outras palavras, a alteração proposta poderia trazer um efeito positivo na otimização do trabalho do INPI na análise técnica dos pedidos de patente.

Além disso, a Interfarma acredita que a realização de emendas nos pedidos de patente não é causa relevante para o fenômeno do *backlog* no INPI, conforme mostrado no item anterior. Para reforçar este ponto, mesmo quando se analisa eventuais emendas em pedidos de patente em fase recursal, o número de ocorrências, assim como o tempo dispendido para análise das emendas, é desprezível a ponto de contribuir para o atraso do INPI no exame de pedidos de patente, segundo o gráfico e estatísticas abaixo:



De acordo com os números acima, em um universo pesquisado de 1557<sup>7</sup> pedidos de patente que foram negados pelo INPI em 1ª instância administrativa e foram objeto de recurso, a grande maioria dos casos foi concedida sem que houvesse a necessidade de emendas recursais para o provimento do recurso. Além disso, mesmo nos casos em que houve emendas recursais nos pedidos, a média de meses de processamento de tais

<sup>7</sup> Estatísticas extraídas a partir de uma amostragem de dados do INPI.



pedidos foram apenas 3 meses maior do que os recursos que foram providos sem a necessidade de apresentação de emendas, o que demonstra que este cenário não contribui de maneira relevante para o backlog do INPI e o atraso no processamento dos pedidos.

Da mesma forma, quando se considera também o número de depósito de pedidos divididos realizados durante a fase recursal dos pedidos principais, também se pode chegar à conclusão de que este cenário também não é relevante para o atraso no processamento dos pedidos de patente, conforme os números abaixo:

### Pedidos de Patentes com Decisão em Recurso (PR-100 ou PR-111)

com pedido dividido entre o indeferimento em 1ª instância e a decisão em recurso  
Jan 2000 e Set 2023



Obs.: Identificados dados apenas a partir de 2008

LEGENDA (despachos):

9.2 – Indeferimento PR-100 – Recurso conhecido e provido. Reformada a Decisão recorrida e deferido o pedido PR-111 – Recurso conhecido e negado provimento. Mantido o indeferimento do pedido

Conforme se pode inferir dos dados acima, de um universo pesquisado de 8676<sup>8</sup> pedidos que foram objeto de recurso contra decisão de indeferimento em 1ª instância administrativa, aproximadamente apenas 2% destes tiveram a realização de depósito de pedidos divididos, e demoraram somente 3 meses a mais a serem decididos em fase recursal do que os pedidos que não tiveram o depósito de pedidos divididos na tramitação dos seus respectivos recursos. Portanto, pode-se concluir também que o depósito de pedidos divididos durante a fase recursal dos pedidos principais não é causa relevante para o *backlog* do INPI.

#### 14. Quais seriam os efeitos NEGATIVOS da alteração do art. 32 da LPI para permitir a alteração do pedido de patente até a primeira ação de exame?

Terceiros poderiam alegar que a postergação da possibilidade de alteração do pedido de patente até a primeira ação de exame pelo INPI traria mais insegurança jurídica para empresas que eventualmente tenham interesse comercial/econômico no conteúdo do pedido de patente. Dessa forma, se se permite a alteração até a primeira ação de exame, terceiros terão de, em tese, aguardar um maior período para ter certeza sobre o real escopo de proteção de que será analisado pelo INPI.

Contudo, a Interfarma ressalta que qualquer alteração no pedido de patente, seja em que momento for do seu processamento perante o INPI, deverá necessariamente se restringir

<sup>8</sup> Estatísticas obtidas a partir das publicações da Revista da Propriedade Intelectual – RPI do INPI.

à matéria inicialmente revelada no pedido de patente tal como depositado, motivo pelo qual a Interfarma acredita que inexistem efeitos negativos em tal alteração, inclusive para terceiros interessados no pedido de patente.

- 15. Você concorda com a afirmação “O prazo para alteração do pedido de patente, definido no art. 32 da LPI, é o principal fator que justifica o prazo de 36 meses para requerimento do exame, definido no art. 33 da LPI”? Sim ou não? Justifique.**

Sim.

Como o art. 32 da LPI restringe a alteração voluntária de um pedido de patente até o requerimento de exame, o depositante necessita ter um prazo anterior suficientemente razoável para realizar todas as modificações que entende necessárias para aumentar as chances de êxito na concessão da patente, levando em consideração, por exemplo, o processamento de pedidos em outros escritórios de patente e o próprio avanço tecnológico da área de conhecimento relevante, tendo em vista ainda que a chance de se obter a patente é única em razão do requisito da novidade e do conceito de estado da técnica.

Esse prazo ganha ainda maior relevância quando se tem em mente a atual interpretação do INPI sobre a possibilidade de emendas voluntárias ao pedido de patente após o requerimento de exame, estabelecida pela Resolução nº 93/2013, que não autoriza emendas posteriores ao requerimento de exame que não forem destinadas a restringir o escopo de proteção do pedido de patente.

- 16. A eliminação do prazo de 36 meses para requerimento de exame, desde que permitida a alteração voluntária do pedido de patente até a primeira ação do exame técnico, contemplaria seu interesse como depositante? Sim ou Não? Justifique.**

Parcialmente sim. Considerando que a meta autoimposta do INPI de analisar um pedido de patente em até 2 anos, é possível que a primeira ação de exame ocorra em momento no qual o depositante ainda não teve todas as condições de realizar testes, pesquisas e buscas necessárias para alterar e aprimorar seu pedido de forma a deixá-lo completamente apto para o exame técnico do INPI. Assim, a Interfarma acredita que a supressão do prazo de 36 meses deve vir acompanhada também de alteração legislativa que possibilite o depositante alterar seu pedido de patente a qualquer momento, incluindo a fase recursal, desde que as emendas estejam limitadas à matéria inicialmente revelada no pedido.

- 17. Iniciar o exame do pedido de patente por ordem cronológica da data de requerimento de exame, e não mais da data de depósito do pedido, contemplaria seu interesse como depositante ou terceiro interessado? Sim ou não? Justifique**

Sim, a Interfarma acredita que essa mudança de critério beneficiaria tanto depositantes como terceiros interessados, na medida em que criaria um incentivo para que o requerimento de exame fosse feito de forma mais célere, lembrando que os depositantes em média já não usufruem, em média, do tempo total de 36 meses para solicitar o exame do pedido de patente.

- 18. Você considera que uma redução do prazo para requerimento do exame (art. 33 da Lei nº 9.279/96) seria mais adequada do que sua supressão? Qual seria o prazo mais adequado? Justifique.**

Sim, conforme exposto na resposta à pergunta nº 5.

**19. A instituição que você representa possui estratégia de gestão de ativos de propriedade intelectual ou de inovação? Quais poderiam ser os impactos para a gestão da propriedade intelectual da sua instituição de uma redução de prazo para alterações voluntárias do pedido de patente?**

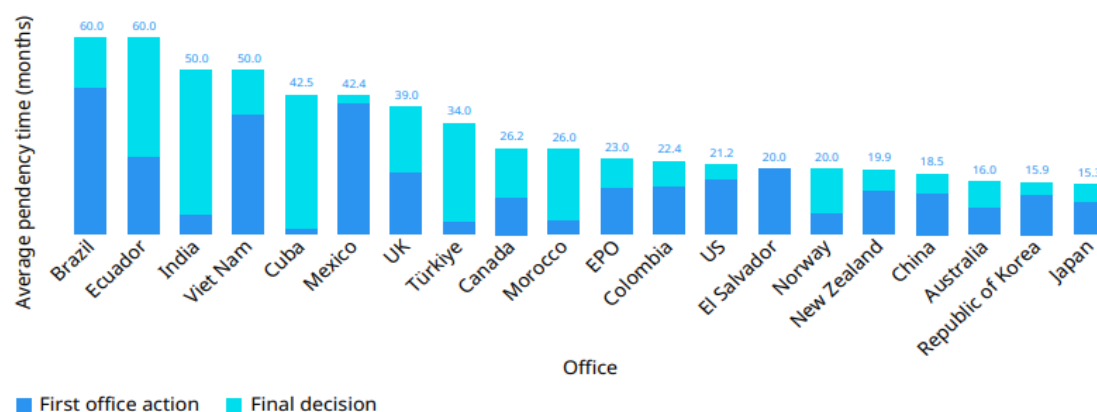
Como já comentado anteriormente, a Interfarma congrega diversas empresas farmacêuticas da área de pesquisa e desenvolvimento, as quais tem um grande portfólio de pedidos de patente para os mais variados produtos e medicamentos.

A Associação crê que a redução do prazo para alterações voluntárias nos pedidos de patente interferiria negativamente na gestão da propriedade intelectual das empresas, pois acarretaria no depósito de diversos pedidos de patente prematuros, sem o devido aperfeiçoamento, que culminariam potencialmente ou no indeferimento do pedido por este não poder ter sido suficientemente redigido à luz das anterioridades técnicas relevantes, ou ainda na concessão de um pedido de patente mal formulado, que não protege devidamente um ativo intelectual importante, com potencial efeito negativo inclusive para concorrentes do titular do pedido de patente.

**20. Além das propostas elencadas acima, quais as outras possíveis soluções para acelerar a decisão de pedidos de patente pelo INPI (normativas e não normativas), considerando os prazos estabelecidos na LPI e a necessidade de redução destes tempos de decisão?**

A Interfarma entende que o INPI deve continuar investindo em seu quadro técnico de examinadores para melhorar ainda mais a qualidade e tempo de tramitação dos pedidos de patente. Segundo indicadores da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) de 2021, o INPI Brasileiro permanece sendo um dos escritórios de patentes no mundo com maior tempo médio entre o depósito do pedido, emissão da primeira exigência técnica e decisão final de 1ª instância, conforme gráfico abaixo:

**A43. Average pendency times for first office action and final decision at selected offices, 2021**



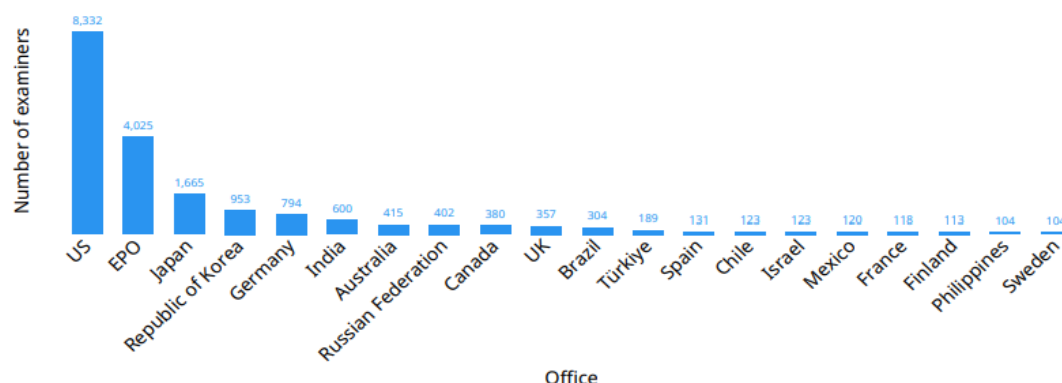
Note: EPO is the European Patent Office. WIPO collects data from IP offices using a common questionnaire and methodology. However, due to differences in patent procedures between offices, data cannot be fully harmonized. Therefore, caution should be exercised when making comparisons across offices.

Source: WIPO Statistics Database, September 2022.

A Interfarma acredita que a contratação de mais examinadores pode ser uma solução adequada para acelerar o tempo de tramitação dos pedidos de patente, sem que se tenha que

alterar o prazo previsto no artigo 33 da LPI. Vide o gráfico abaixo que demonstra o número de examinadores de patente por escritório em diversos países.

**A44. Number of patent examiners for selected offices, 2021**



Note: EPO is the European Patent Office

Source: WIPO Statistics Database, September 2022

Comparando os gráficos acima, é possível estabelecer uma clara correlação entre o número de examinadores de patente e o tempo de tramitação dos pedidos. Basta tomar como exemplos os EUA, com um dos menores tempos de tramitação entre os países analisados e com maior número de examinadores, e o Brasil, país com um dos maiores tempos de tramitação, e com menor número de examinadores.

21. Algum comentário sobre os problemas identificados para embasar as propostas objeto desta tomada pública de subsídios?

N/A.